

COMANDO DA MADRUGADA

P M P A R A Í B A



DIREITO CONSTITUCIONAL



1. O princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, aplica-se, conforme expressa disposição constitucional e em relação ao enunciado no art. 5º:

- A)** aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.
- B)** aos brasileiros natos e naturalizados.
- C)** aos brasileiros natos.
- D)** aos brasileiros que estejam dentro ou fora do País.
- E)** indistintamente a todos os que estejam no território nacional.

DIREITO CONSTITUCIONAL



2.O *caput* do art. 5.º, iniciando o Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos e garantias fundamentais, estabelece, de forma expressa, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil determinados direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

A) Embora o ordenamento jurídico estabeleça que as pessoas jurídicas são detentoras de personalidade jurídica, o texto constitucional garante a plenitude de direitos apenas às pessoas físicas. Sendo assim, as pessoas jurídicas têm seus direitos garantidos apenas com base na legislação infraconstitucional.

B) O texto constitucional é claro ao prever que apenas os estrangeiros residentes no Brasil dispõem de todos os direitos garantidos aos brasileiros. Assim, os estrangeiros não residentes no Brasil estarão submetidos apenas ao ordenamento jurídico de seu país de origem.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Os direitos e garantias fundamentais destinam-se à proteção do ser humano em sua totalidade. Assim, uma interpretação teleológica e lógico-sistemática permite afirmar que os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários não apenas os brasileiros, mas também os estrangeiros, residentes ou não no Brasil, e apátridas, caso se encontrem dentro do território nacional.

D) Decisão recente do Supremo Tribunal Federal reconhece como beneficiários dos direitos e garantias fundamentais acolhidos pela Constituição Federal de 1988 não somente os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, mas também os estrangeiros de passagem pelo território brasileiro, desde que haja, nesse caso, tratado internacional entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro, para que ele tenha preservados seus direitos.

E) Uma análise sistematizada do texto constitucional permite afirmar que os estrangeiros não residentes no Brasil são detentores de direitos, limitados, no entanto, àqueles que dizem respeito à vida e à integridade física, em razão do que dispõe o inciso III do art. 1.º da Carta Política, ao tratar da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL



3. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:.

A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

B) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** Mesmo no caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular, ainda que fosse assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

- D)** Não constitui crime inafiançável a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

- E)** Os brasileiros natos podem ser extraditados, em caso de crime comum.

DIREITO CONSTITUCIONAL



4. Sobre os crimes previstos no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal de 1988 – CF/88, analise as proposições a seguir:

I. O crime de tráfico ilícito de entorpecentes é imprescritível.

II. O crime de racismo é inafiançável.

III. A ação de grupos armados civis contra a ordem constitucional e o Estado Democrático não constitui crime previsto expressamente na Cf/88, posto que a Constituição somente prevê como crime a ação de grupos armados de natureza militar.

IV. O crime de terrorismo é imprescritível.

Está **CORRETO** o que se afirma, apenas, em

A)II.

B)III.

C)IV.

D)I e III.

E)II e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL



DIREITO CONSTITUCIONAL



5. Assinale a alternativa correta em relação ao disposto no artigo 5º da Constituição da República.

A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante prévia indenização ao proprietário.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** As associações só poderão ter suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

- D)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

- E)** É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

6.XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluíra há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se retirar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.

O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:

A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- C)** somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- D)** sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- E)** a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.

DIREITO CONSTITUCIONAL



SEGUE O CARA !!!

INSTAGRAM: PROF. EMMANOEL THADEU

YOUTUBE: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

TIK TOK: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

DIREITO CONSTITUCIONAL



6. Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

A) fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.

B) desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C)a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.

D)a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.

E) todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

DIREITO CONSTITUCIONAL



7. Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

A) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- C)** não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- D)** pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.
- E)** tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação.

DIREITO CONSTITUCIONAL



8. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º , estabelece direitos e garantias fundamentais aos cidadãos residentes no Brasil. Um destes direitos é a

A) livre associação profissional ou sindical desde que o Estado autorize e monitore as atividades.

B) liberdade de crença ou religião e livre exercício de cultos permitidos pelas autoridades competentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** indenização por dano material ou moral no caso da vida privada, da honra ou da imagem serem atingidas.
- D)** livre manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- E)** capacidade para propor ação popular destinada a denunciar abusos de poder ou conduta do poder judiciário.

DIREITO CONSTITUCIONAL



9. Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado grupo de pessoas, com o intuito de protestar contra o governo, reuniu-se em determinado local público da cidade. Minutos depois, foi designado um coletivo policial para dispersar o grupo, em razão de este não ter pedido autorização ao Poder Público para fazer essa manifestação. Ao chegar no referido local, um dos representantes dos manifestantes alegou que não existiam motivos para sair do local, pois não havia ninguém portando arma de fogo naquele instante, e não havia notícia de que haveria outra manifestação previamente designada para o local naquele momento.

Supondo que as alegações do representante dos manifestantes são verídicas, e com base nos preceitos constitucionais de liberdade de reunião, pode-se afirmar, apenas, que a autoridade policial

A) está correta em determinar a dispersão dos manifestantes, pois segundo a Constituição, o direito de reunião é uma garantia dos brasileiros, mas o seu exercício deve ser previamente autorizado pela autoridade competente para que não haja qualquer constrangimento durante o protesto, principalmente, com relação aos indivíduos que são de opinião contrária aos manifestantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL



B) só estaria certa em dispersar o grupo se uma outra manifestação tivesse sido comunicada anteriormente para aquela hora e local à autoridade administrativa competente, e aqueles estivessem sendo impedidos de fazer sua reunião pelo outro grupo que chegou primeiro e não tinha feito a comunicação.

C) está errada no seu procedimento, pois o correto é confirmar que não há manifestantes armados, através de revistas pessoais prévias em todas as pessoas. Tal procedimento é necessário para que não ocorra violência e “quebra-quebra” causados por indivíduos integrantes de grupos radicais. Após isso, confirmando que estão desarmados, a reunião será restabelecida.

D) está correta em realizar a dispersão, desde que possua uma ordem escrita da autoridade administrativa determinando a retirada dos manifestantes, fundamentada no princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre os dos particulares.

E) estará certa em impedir a reunião dos protestantes, caso essa aglomeração esteja sendo realizada após às 19:00h, pois a norma constitucional só permite que o direito de reunião seja realizado sem comunicação à autoridade competente se for durante o dia.

DIREITO CONSTITUCIONAL



10. Assinale a alternativa correta e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

A) A lei não prejudicará o direito adquirido, mas apenas o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

B) Haverá juízo ou tribunal de exceção apenas nas hipóteses previstas em lei.

C) Há possibilidade de crime sem lei anterior definindo, ou mesmo a instituição de pena sem prévia cominação legal.

D) A lei penal não retroagirá, inclusive para beneficiar o réu.

E) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

DIREITO CONSTITUCIONAL



11. Fernando passou mal de manhã em sua residência e, como estava sozinho, tentou sair para buscar ajuda, mas não conseguiu nem abrir o portão de casa. Fernando teve tempo apenas de pedir auxílio ao seu vizinho, Paulo, desmaiando logo em seguida, ali mesmo no jardim. Paulo, desesperado, rapidamente telefonou ao Corpo de Bombeiros. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, os bombeiros

A) não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, apenas se pode nela penetrar sem o consentimento do morador em caso de desastre.

DIREITO CONSTITUCIONAL



B)deverão aguardar uma determinação judicial para penetrar no imóvel de Fernando, já que apenas com referida ordem é possível adentrar em casa alheia.

C)não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador.

D)não poderão penetrar no imóvel de Fernando, já que ele estava desacordado e por ser a casa asilo inviolável do indivíduo, apenas se pode nela penetrar sem o consentimento do morador, durante o dia, em caso de flagrante delito.

E)estarão autorizados a adentrar no imóvel de Fernando, assim que chegarem, já que para a prestação de socorro pode-se penetrar na casa do morador, sem o seu consentimento, a qualquer hora.

DIREITO CONSTITUCIONAL



SEGUE O CARA !!!

INSTAGRAM: PROF. EMMANOEL THADEU

YOUTUBE: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

TIK TOK: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

DIREITO CONSTITUCIONAL



12. A respeito da segurança pública, conforme a Constituição da República de 1988, analise as alternativas abaixo e assinale a resposta INCORRETA.

A) A segurança dos estabelecimentos penais é de competência das polícias penais federais, estaduais ou municipais.

B) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, sendo constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

D) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

E) Cabe à polícia federal exercer a função de polícia marítima.

DIREITO CONSTITUCIONAL



SEGUE O CARA !!!

INSTAGRAM: PROF. EMMANOEL THADEU

YOUTUBE: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

TIK TOK: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

COMANDO DA MADRUGADA

P M P A R A Í B A

